**OFÍCIO DE ALUNO EM UMA ESCOLA PARTICULAR: dificuldades em uma pesquisa com técnicas da etnografia**

*Geórgia Paula Martins Faust[[1]](#footnote-1)*

*Rita de Cássia Marchi [[2]](#footnote-2)*

Trabalho financiado por CAPES/FAPESC

**EIXO TEMÁTICO:** IX – Participação das crianças em pesquisas

**RESUMO**

Este artigo discute uma pesquisa (em escola particular do município de Blumenau-SC), com aporte teórico na Sociologia da Infância, cujo objetivo é compreender as visões de mulher em meninas diagnosticadas com altas habilidades/superdotação e como estas constroem suas performances e ambições futuras. O conceito de ‘ofício de aluno’ elucida o que foi percebido nas observações de campo: meninas aprendendo as regras do jogo escolar e dispostas a jogá-lo, desempenhando seu ‘ofício’ sem perturbar a ordem.

**Palavras-Chave**: Gênero; Meninas; Ofício de Aluno; Sociologia da Infância; Altas Habilidades/Superdotação.

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa, em andamento, relatada neste artigo está vinculada à linha de Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais e ao Grupo de Pesquisa NEICA – Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Criança e do Adolescente, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e tem por objetivo compreender as visões de mulher e feminilidade em meninas diagnosticadas com altas habilidades/superdotação e como estas visões constroem suas performances e ambições futuras. Com aporte teórico na Sociologia da Infância (SI), a pesquisa utiliza os conceitos de ‘ofício de aluno’ e ‘ofício de criança’ para elucidar os dados gerados no campo da investigação.

Este artigo discute as dificuldades encontradas no trabalho de campo em que foram utilizadas técnicas da etnografia para observação de alunas diagnosticadas com AH/SD em uma escola particular do município de Blumenau-SC.

Após apresentação do percurso metodológico da pesquisa, salientando a importância da pesquisa etnográfica para a Sociologia da Infância, discorre-se sobre a metodologia utilizada na observação dos chamados ‘ofícios’ da criança. Em seguida, apresenta-se a análise parcial dos dados obtidos nas observações e como esses dados impactaram a pesquisa de mestrado em relação à metodologia inicialmente proposta. Na seção de discussão de dados, discute-se de início os conceitos de ‘ofício de aluno’ e ‘ofício de criança’ e em seguida são apresentadas algumas inquietações acerca das questões relacionadas à pesquisa de inspiração etnográfica restrita ao contexto escolar.

A Sociologia da Infância tem como um de seus pressupostos ‘desescolarizar’ a abordagem sobre as crianças e seu processo de socialização, pois a vida das crianças “não se resume às questões colocadas pela existência da criança somente enquanto aluno” (MARCHI, 2010, p. 185). O rompimento entre a Sociologia da Infância e as abordagens tradicionais de socialização ocorre “pelo fato destas entenderem a criança como objeto passivo da socialização regida pelos adultos e suas instituições” (MARCHI, 2010, p. 185). O princípio da criança-ator, afirmação que é também um dos princípios centrais desta disciplina, escapa à compreensão estrutural-funcionalista, típica das teorias tradicionais, para se debruçar sobre uma análise da capacidade de ação das crianças (SIROTA, 2006 apud MARCHI, 2010).

É fundamental, portanto, que as crianças deixem de ser consideradas apenas como objetos de estudo derivados da escola e da família. A criança ator social é aquela que negocia, interfere, transforma os espaços pelos quais transita – e é aquela que deve ser vista, observada, ouvida. Em uma escola particular, porém, a observação das alunas acompanhadas mostrou a dificuldade que um pesquisador pode encontrar ao tentar perceber a ação social das crianças, pois o que foi visto foi elas exercendo o ofício de aluno durante praticamente a totalidade do tempo.

**2. METODOLOGIA**

O objetivo desta seção é discutir os caminhos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa e as orientações teórico-metodológicas adotadas, oriundas da Sociologia da Infância.

Como já informado, o presente artigo é um excerto de pesquisa de Mestrado em Educação onde se busca investigar as performances de gênero e ambições futuras em meninas diagnosticadas com altas habilidades/superdotação. Para atingir os objetivos propostos, foram utilizadas técnicas da etnografia, sendo que o método prioritário de pesquisa é a observação participante. Apenas quatro meninas têm diagnóstico de altas habilidades/superdotação no município de Blumenau-SC, sendo que duas delas estudam em escolas da rede municipal de ensino e outras duas, Aline e Marina[[3]](#footnote-3), foco deste artigo, estudam em uma escola da rede privada de ensino.

Convém destacar que a intenção inicial era acompanhar as meninas não apenas no contexto escolar, mas em dias regulares de sua vida, justamente para que se pudesse ter um olhar ampliado de como elas ocupam e atuam nos outros espaços: suas casas, atividades extracurriculares, horas de lazer. Porém, houve resistência das famílias, que preferiram que a privacidade de seus lares e suas rotinas não sofressem observações. Assim, as meninas foram acompanhadas apenas no ambiente escolar.

Pode-se ter duas perspectivas distintas para pesquisa sobre crianças e a infância e em relação à socialização, segundo Pinto (1997): a partir dos agentes socializadores, para entender como uma dada sociedade inculca essas normas e valores, ou a partir dos próprios indivíduos e em como eles se apropriam, aprendem e interiorizam a cultura em que estão inseridos. No caso da pesquisa que inspirou este artigo, interessa em especial a segunda alternativa: saber a partir dos indivíduos como eles se apropriam, apreendem e interiorizam a cultura em que estão inseridos, especialmente no que diz respeito às manifestações das performances de gênero.

O presente artigo, além da reflexão sobre o método escolhido para a pesquisa, conta com a apresentação dos conceitos de ‘ofício de aluno’ e ‘ofício de criança’ (oriundos da Sociologia da Infância), bem como algumas análises das observações realizadas (e registradas no diário de campo) sobre Aline e Marina. Com a articulação dessas duas fontes, procura-se compreender as limitações das observações em contexto escolar para uma pesquisa com o aporte teórico da Sociologia da Infância e com viés metodológico baseado na etnografia.

**3. DISCUSSÃO DOS DADOS**

A infância é constituída por um grupo social do tipo geracional, sendo, portanto, uma estrutura permanente nas sociedades (SARMENTO, 2011). Apesar das diferenças entre as crianças, como diferentes idades (subgrupos etários), classe social, gênero e etnia, pode-se observar elementos comuns à todas as crianças, conforme descrito por Sarmento (2011, p. 584):

a peculiar situação de vulnerabilidade e dependência social, econômica e jurídica de seus membros; a ausência de direitos cívicos e políticos formais; o conjunto de concepções socialmente produzidas que, sendo heteróclitas e contraditórias, têm o poder de referenciar distintivamente o que é ser ‘criança’.

Os adultos, detentores do poder político e social, têm o papel de administração simbólica das crianças, pois decidem o que é adequado para elas e exercem esse poder quando desempenham papeis sociais em interação face a face: professores, pais e formadores de crianças (SARMENTO, 2011).

Por outro lado, as crianças, através das suas práticas sociais, e formas de ser e agir, alteram e transformam os lugares em que convivem com os adultos, tendo também sua parcela de contribuição na definição do que a infância é ou significa na sociedade (SARMENTO, 2011).

**3.1 A etnografia como método privilegiado de pesquisa com crianças**

Pinto (1997) e Marchi (2010; 2011) destacam que a etnografia é uma metodologia particularmente adequada na construção do novo paradigma da Sociologia da Infância, pois é o recurso que permite dar voz às crianças e oportunizar sua participação na produção de dados sociológicos. Parte-se do pressuposto de que “as crianças têm consciência dos seus sentimentos, ideias, desejos e expectativas e que são capazes de efetivamente expressá-los” (MARCHI, 2011, p. 401). Somente a partir das crianças e das ‘culturas infantis’ pode-se descobrir, apreender e analisar certas realidades sociais.

Por esse motivo, conclui-se que a melhor abordagem para a presente pesquisa é a de inspiração etnográfica, onde se utilizam técnicas como a observação participante e a entrevista semiestruturada. A pesquisa do tipo etnográfica pode obter grandes quantidades de dados descritivos que estruturam a descrição da realidade das meninas superdotadas, assim como “de locais, pessoas, ações, interações, fatos, formas de linguagem e outras expressões”. (ANDRÉ, 2010, p. 42). A etnografia, assim, “supõe a observação do comportamento das pessoas em seu ambiente natural, e a observação da própria significação que os atores dão para aquilo que estão vivendo” (NOGUEIRA, 1995, p. 34).

O enfoque do estudo nos cotidianos escolares dá-se com o intuito de compreender o papel dessas instâncias socializadoras na formação das meninas superdotadas, através dos conteúdos acadêmicos, do currículo e da transmissão de crenças e valores. Busca-se na pesquisa, conforme orientado por André (2010 p. 44-45), três dimensões: (1) clima institucional, que é resultado do embate de diversas forças sociais e se evidencia na práxis escolar; (2) processo de interação da sala de aula, que envolve mais diretamente professores e as alunas acompanhadas e; (3) história de cada sujeito, “manifesta pelas suas formas concretas de representação social, através das quais ele age, se posiciona e se aliena ao longo do processo educacional.”

**4. O ‘OFÍCIO DE ALUNO’ E O ‘OFÍCIO DE CRIANÇA’**

É o desenvolvimento da noção de ‘ofício de criança’ que simboliza a emergência da Sociologia da Infância (SIROTA, 2001), sendo que o primeiro desafio imposto à esta disciplina é o de tomar a criança a sério, considerando-a como objeto sociológico pleno.

O termo *métier d’enfant* (ofício de criança) surgiu, segundo Sirota (2001) na literatura pedagógica francesa por uma inspetora de escolas maternais, Pauline Kergomard. Nesta primeira etapa do desenvolvimento do conceito, fundamentalmente pedagógico, a socialização das crianças pela escola previa promover a maturação e o desenvolvimento das crianças, sendo o local onde elas poderiam dar vazão à sua “natureza infantil” e onde poderiam cumprir o seu “ofício de criança”. (SIROTA, 2001).

O segundo momento foi marcado pela retomada do conceito em 1973, com a publicação do artigo “O ofício de criança, as funções diferenciais da escola maternal”, de Chamborédon e Prévost, onde se tratava de “analisar o exercício do ofício de criança, não em termos da natureza infantil mas em termos de confrontação de habitus familiar e escolar. (...) Não se trata pois do ofício de criança, mas do ofício de aluno, na primeira infância.” (SIROTA, 2001, p. 15). Mas, foi o sociólogo da educação, Perrenoud, em seu livro “Fabricação da excelência escolar”, quem vinculou a ideia de ofício de criança à de ofício de aluno, já que, na atualidade, a escolaridade é a ocupação principal da infância (SIROTA, 2001).

O ofício de aluno é definido, portanto, como a aprendizagem das regras do jogo escolar. Ou seja, o bom aluno não é apenas o que assimila o conhecimento ‘transmitido’, mas também aquele que exibe disposição para jogar o jogo, exercendo um ofício que é tanto de conformismo quanto de competência (SIROTA, 1993): “Assimilar o currículo é tornar-se o nativo da organização escolar, ser capaz de desempenhar o seu papel de aluno sem perturbar a ordem ou exigir cuidados especiais” (SIROTA, 1993, p. 89, tradução livre).

Apesar de, segundo Sirota (1993), a expressão ‘ofício de aluno’ ser usada constantemente, a sua rápida adoção marca uma evolução profunda da Sociologia da Educação, que foi marcada pelo chamado “retorno do ator” e pela análise dos processos de socialização. Mas o desenvolvimento dos conceitos ‘ofício de criança’ e ‘ofício de aluno’ também trazem outros dois resultados: o ‘deslocamento do olhar analítico’ e a ‘explosão do objeto’ (NOGUEIRA, 1995, MARCHI, 2010).

Segundo Sarmento (2011), foram quatro os eixos estruturantes que sustentaram a normatividade da infância contemporânea, a partir de finais do século XIX: a escola pública obrigatória, a família nuclear, os saberes periciais e a administração simbólica da infância. Esses quatro pilares deram às crianças um lugar social próprio e, durante esse processo, se institucionalizou o ‘ofício de criança’ que pode ser definido como um conjunto de comportamentos e ações que se espera que a criança desempenhe. (SARMENTO, 2011).

É o papel social da criança como aprendente da escola pública que leva primordialmente à definição de comportamentos prescritos e previstos em contexto escolar e que potencia, por extensão, a definição mais generalizada dos comportamentos esperados das crianças no conjunto do seu desempenho como indivíduo, sujeito autónomo e membro da sociedade. (SARMENTO, 2011, p. 586)

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao chegar na escola pela primeira vez para as observações, havia a expectativa de encher o diário de anotações sobre comportamentos, comentários, ações das crianças, em especial em relação à Aline (11 anos) e Marina (8 anos). O objetivo era observar suas condutas dentro da escola, especialmente na condição de meninas/alunas diagnosticadas com altas habilidades/superdotação. Observações sobre como elas agiam com seus colegas, com seus professores, quais suas preferências, quem seriam seus amigos e com quais crianças elas não interagiriam. A expectativa era de que um mundo se abriria perante os olhos do observador, um mundo de infâncias.

Já no segundo dia de observação de Aline, a primeira a ser acompanhada, o que se mostrou óbvio foi aquilo que Sarmento (2011, p. 588) afirma: perante a instituição escola , “a criança ‘morre’, enquanto sujeito concreto, com saberes e emoções, aspirações, sentimentos e vontades próprias, para dar lugar ao aprendiz, destinatário da acção adulta, agente de comportamentos prescritos, pelo qual é avaliado, premiado ou sancionado.”

A escola, ainda segundo Sarmento (2011, p. 588), “criou uma relação particular com o saber, uniformizando o modo de aquisição e transmissão do conhecimento, para além de toda diferença individual, de classe ou de pertença cultural”. O que pude observar em campo foi apenas crianças exercendo o ofício de aluno, ininterruptamente. Cremos que essa realidade se aprofunda se levarmos em conta o caráter conteudista da instituição de ensino visitada (escola da elite local), que, mesmo no 6º ano do Ensino Fundamental, já busca preparar os estudantes para os exames de seleção (com destaque para provas vestibulares e ENEM) que eles farão quando já beirando a maioridade.

Podemos supor que, em escolas da rede particular, exista uma relativa homogeneidade cultural entre alunos, que eles sejam oriundos de classes sociais semelhantes, consumidores de bens culturais também semelhantes e que não haja diferenças significativas em relação ao capital cultural ou mesmo ao habitus de classe (BOURDIEU, 1986, 2011) que os constituem e que é exteriorizado na sala de aula.

Ainda assim, a intenção era a de identificar, como destacou Sarmento (2011), a ‘criança que vive no aluno’ (e, neste caso, nas alunas). Sabemos que o desempenho do ofício de aluno como ofício de criança de maneira nenhuma “esgota as dimensões, potencialidades e capacidades” (SARMENTO, 2011, p. 593) das crianças. Mas a escola filtra o que é do indivíduo para o enquadrar no programa de socialização da escola, deixando “do indivíduo apenas aquilo que é convergente com a aquisição dos valores e saberes escolares legítimos” (SARMENTO, 2011, p. 593).

Acredita-se que as entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com as meninas, com seus pais e professoras-regentes, fornecerão dados que irão auxiliar na identificação e compreensão das ações e valores desses atores sociais para além do que pode ser encontrado no interior restritivo do ambiente escolar.

**REFERÊNCIAS**

ANDRÉ, Marli E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education.** New York: Greenwood, p. 241-258, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARCHI, Rita de Cássia. O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. **Revista Portuguesa de Educação**, n. 23, 2010, pp. 183-202.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, n. 37, 2011, pp. 387-406.

NOGUEIRA, Maria Alice. Tendências Atuais da Sociologia da Educação. **Leituras & Imagens**. UDEC/FAED, 1995.

PINTO, Manuel. A Infância como Construção Social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel J. (Orgs.). **As Crianças**: Contextos e Identidades. Portugal, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997, pp. 31-73.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 6, n. 3, 2001, p. 581-602.

SIROTA, Régine. Le métier d’éléve. **Revue Française de Pédagogie**. n. 104, 1993, p. 85-108.

SIROTA, Regine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 7-31, 2001.

1. Pedagoga (Centro Universitário Leonardo Da Vinci), Mestranda em Educação (PPGE – Universidade Regional de Blumenau – FURB). Contato: geo.faust@gmail.com Blumenau – SC – Brasil [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutorado em Sociologia (UFSC/PARIS V - 2007), Pós-Doutorado em Sociologia da Infância (Universidade do Minho -2016). Professora do PPGE e do Curso de Ciências Sociais da Universidade Regional de Blumenau -FURB). Contato: rt.mc@bol.com.br Blumenau – SC – Brasil [↑](#footnote-ref-2)
3. Nomes fictícios para preservar a identidade das meninas. [↑](#footnote-ref-3)